

# TEORIAS LITERÁRIAS PRAGMATISTAS: A FUNÇÃO DO AUTOR

JOÃO AUGUSTO MÁTTAR NETO

**Resumo:** Diversas teorias contemporâneas sobre a interpretação de textos literários denominam-se pragmatistas ou neo-pragmatistas. Podemos citar, dentre outros, os nomes de S. Knapp e Walter B. Michaels, Richard Rorty, Richard Shusterman, Stanley Fish e Joseph Margolis. Nosso objetivo é mapear as mais importantes destas teorias, comparando-as e discutindo seus principais pressupostos. Procuraremos mostrar que se existe algum elemento comum a estas teorias literárias, que permita classificá-las sob a égide de um mesmo adjetivo (pragmatistas), este elemento comum é a excessiva simplicidade com que elas constroem e caracterizam o fenômeno literário.

**Abstract:** Several contemporary theories focusing on the interpretation of literary texts call themselves 'pragmatists' or 'neo-pragmatists'. We could mention, among others, names like S. Knapp and Walter B. Michaels, Richard Rorty, Richard Shusterman, Stanley Fish and Joseph Margolis. Our purpose is to map the most important ones among these theories, comparing them and discussing their main presuppositions. We will try to demonstrate that if there is a common element shared by these literary theories, allowing them to be classified by the same concept (pragmatists), this common element is the excessive simplicity with which they build and characterize the literary phenomenon.

Uma das questões essenciais em teoria literária é a função conferida ao autor na interpretação de literatura. É possível distinguir, contemporaneamente, pelo menos cinco correntes profícuas no debate sobre o autor em interpretação literária, que eu batizarei de:

---

João Augusto Máttar Neto é Doutor em Letras pela USP, Pós-doutorado em Literatura Comparada pela Stanford University.

- a) A morte do autor.
- b) O que é um autor?
- c) Direitos autorais.
- d) Intenção do autor.
- e) Autor-eletrônico.

Abordarei cada uma delas, antes de discutir as Teorias Literárias Pragmatistas.

## A MORTE DO AUTOR

'A Morte do Autor' é o título de um pequeno e consagrado artigo de Roland Barthes, publicado na década de 60, cuja importância pode ser medida pela quantidade de textos que, já em seus títulos, a ele se referem: 'The Death of the Author', 'The Return of the Author', *The Death and Return of the Author*, 'Weavings: Intertextuality and the (Re)Birth of the Author', *Morte d'auteur: an autopsy*, 'Reports of the Death of the Author', 'The Revenge of the Author', 'O Autor não Morreu', *Em busca do autor perdido*, etc. Dicionários de teoria literária, por exemplo, possuem entradas para a expressão "author, death of".

Para Barthes, o ato de escrever geraria a perda da identidade e a destruição da subjetividade, enquanto voz-origem. A narração fundar-se-ia numa função simbólica desconectada do real, que iria matando o autor enquanto o próprio texto estivesse sendo gerado. A crítica literária, criticada por Barthes, estaria centrada no autor e numa concepção mimética de literatura, lendo portanto vidas e não textos.

Barthes traça uma linhagem anti-autorial, que se iniciaria com Mallarmé, passando por Valéry, Proust, o Surrealismo e as teorias linguísticas, chegando até Brecht. Ao escritor (que precederia o texto) Barthes contrapõe o *scriptor* moderno (que nasce simultaneamente com o texto). Escrever torna-se um ato performativo, que enterra o autor.

O que nos parece ainda sobreviver do artigo de Barthes são suas críticas a uma certa forma de interpretar literatura, em que a biografia acaba desempenhando o principal papel na interpretação<sup>1</sup>. As leituras

---

1. Ver João A. Máttar Neto, 'Feliz Páscoa, Pierre Rivière: os múltiplos *selves* dos autores-assassinos.' para alguns argumentos contra as leituras biográficas. Esta reflexão sobre as Teorias Literárias Pragmatistas, em alguns momentos, retoma (inclusive textualmente) o artigo "Feliz Páscoa, Pierre Rivière...".

biográficas impõem um limite à ficção, fechando seu campo semântico: quando o autor é encontrado por trás ou por baixo do texto, vitória do crítico: o texto está explicado. Importante, ainda, no debate contemporâneo, é a concepção (de Barthes) de que o texto literário não gera um significado único, mas se caracteriza como um espaço multidimensional, no qual uma variedade de textos encontram-se e misturam-se.

Assim, podemos extrair do artigo de Barthes uma (ainda que pequena) teoria da interpretação literária, que gostaríamos de reservar para mais tarde: interpretar um texto literário não significa decifrá-lo ou furá-lo, mas seguir sua estrutura, acompanhá-la e explorá-la. Recusando-se a admitir um segredo ou significado último do texto, a literatura e a crítica literária caracterizar-se-iam como atividades revolucionárias, por se inscreverem no campo dos significados movediços.

### O QUE É UM AUTOR?

‘O que é um Autor?’ é o título de um genial artigo de Michel Foucault, que apareceu pela primeira vez no *Bulletin de la Société Française de Philosophie*, em 1969. A história da recepção do artigo de Foucault é extremamente curiosa: de um lado, Alexander Nehamas desempenhará o papel de seu atento leitor-filósofo<sup>2</sup>, estabelecendo um contínuo diálogo com o texto de Foucault; de outro lado, uma corrente contemporânea do Direito, que trabalha questões de direitos autorais, tomará o artigo de Foucault como o fundador de suas reflexões<sup>3</sup>; mas apenas com a obra de Hix<sup>4</sup>, no início dos anos 90, o texto de Foucault encontra ressonância em teoria literária.

O artigo de Foucault parece de alguma forma reagir ao de Barthes, e é muitas vezes erroneamente classificado sob a mesma linhagem da morte do autor; ambos foram equivocadamente lidos como se afirmassem a inexistência de autores de textos. Daí as recorrentes brincadeiras: como Barthes e Foucault podem defender a inexistência de autores, se são eles que escrevem seus textos, recebem seus direitos autorais, etc? Já vimos que não é isto o que a metáfora de Barthes afirma (a menos que a leiamos ao pé da letra e ignoremos todo o artigo), mas o artigo de Foucault não

---

2. Ver os 3 artigos de Nehamas, citados na Bibliografia.

3. Ver principalmente os artigos organizados por Martha Woodmansee e Peter Jaszi, em *The Construction of Authorship*.

4. H. L. Hix, *Morte d'Author: an Autopsy*.

está nem mesmo afiliado à história desta metáfora, já que aponta para uma multiplicidade de autores (e não para textos sem autores). Interassa-nos mostrar como o artigo de Foucault, assim como o de Barthes, servem muito mais a uma metodologia dos estudos literários do que a uma ontologia do discurso, que a eles em geral se atribui. Metodologia que, como veremos, faz falta ao discurso dos pragmatistas.

Foucault propõe um estudo das relações entre texto e autor. Para Foucault, a noção de *écriture* (trabalho, texto), desenvolvida por Barthes e outros, seria tão vaga quanto a noção de *autor*, mantendo-o na verdade tão vivo quanto antes. Simplesmente dizer que o autor morreu não seria suficiente, constituir-se-ia numa afirmação vã e vazia, mesmo porque as noções que o teriam substituído dependem do conceito de autor.

Para Foucault, o autor desempenha um papel determinado em relação ao discurso narrativo, estando sempre presente dentro do texto, como um princípio ordenatório. O autor nos permitiria agrupar um certo número de textos, defini-los e diferenciá-los. Estaria sempre presente no texto, demarcando seus limites e conferindo-lhe um certo status. Assim, funcionaria como uma proteção contra as ameaças da ficção, controlando a proliferação do sentido.

Foucault desenvolve então o conceito de *função-autor*: uma carta pode ter um signatário, mas não um autor; um contrato pode ter um fiador, mas não um autor; um texto anônimo pode ter um escritor, mas não um autor; etc. Alguns discursos, portanto, estariam imbuídos da função-autor, enquanto outros não.

Os discursos contendo a função-autor teriam algumas características em comum: a função-autor está conectada ao sistema jurídico e institucional que envolve, articula e determina o universo do discurso; a função-autor não afetaria todos os discursos do mesmo modo em todos os tempos e em todas as civilizações; a função-autor não é definida pela atribuição espontânea de um discurso a seu produtor, mas antes por uma série de operações complexas e específicas; o ser racional a que chamamos de *autor* é o resultado de uma complexa projeção e construção, um produto ideológico; o autor, enquanto fonte unitária de expressão, teria a função de neutralizar as contradições de um conjunto de textos; a função-autor não se refere pura e simplesmente a um indivíduo real, já que pode dar origem, simultaneamente, a vários *selves*, a várias posições-sujeito que podem ser ocupadas por diferentes classes de indivíduos.

A esperança que o artigo de Foucault nos deixa, é a de que no futuro o autor não mais funcionará como um limite para o puro jogo da ficção,

num sentido bem próximo ao que Derrida sugere em seu “Structure, Sign, and Play in the Discourse of the Human Sciences”.

Para a teoria literária, o mais importante *insight* do artigo de Foucault é a diferenciação que ele realiza entre (e aqui utilizamos 3 termos que nos parecem ajudar a enxergar a diferença, em português): *escritor*, *autor* e *narrador*. Seria tão equivocado igualar o autor com o escritor, quanto igualar o escritor com o narrador.

As interpretações literárias que recorrem ao autor e sua biografia pressupõem que estas categorias de escritor, autor e narrador se equivalham. Mas é absolutamente necessário manter a distinção entre os três, ao menos enquanto categorias analíticas<sup>5</sup>. O escritor é um ser humano, enquanto o narrador é um ser textual. Mas a partir do artigo de Foucault<sup>6</sup>, é impossível ignorar a categoria do autor em análise literária, distinta das duas anteriores. O autor de ficção (enquanto projeção social) habita a cisão que se estabelece entre o escritor (enquanto ser biológico) e o narrador (enquanto ser ficcional). O escritor é um indivíduo (ou grupo) que produz uma obra. Faz parte, portanto, do universo físico e biológico. O autor é uma projeção que a tradição e o público produzem, como o artífice de uma obra. É um produto ideológico, e faz parte do universo sociológico. O narrador (ou foco narrativo) corresponde a uma ou mais vozes ficcionais que narram uma obra. É uma escolha na maneira de se contar uma história, um artifício técnico. Faz parte, portanto, da estrutura da ficção.

As distinções de Foucault e de seu leitor Nehamas desenvolvem-se no nível da reflexão filosófica, não sendo aproveitadas em teoria literária a não ser com a obra de Hix<sup>7</sup>, no início da década.

Hix desenvolveu uma interessante teoria para dar conta desta polifonia ficcional. O autor teria sido sempre tratado como uma constante, mas deveria ser concebido como uma variável<sup>8</sup>. É preciso, portanto, trabalhar com uma multiplicidade de categorias. Além do narrador (ou *speaking-character*) e escritor (ou *actual creative author*), Hix propõe dois outros tipos de *author-characters*: o *singular-proxy* (projeção do autor pelo leitor

---

5. Robert Stecker, em *Apparent, Implied, and Postulated Authors*, analisando as propostas de Kendall Walton, Booth e Foucault/Nehamas, discorda da necessidade de categorias além das de narrador e escritor.

6. *O que é um Autor?*

7. *Morte d'Author: an Autopsy*.

8. H. L. Hix, *Morte d'Author: an Autopsy*, pág. 225.

durante a leitura de uma obra específica) e o *synoptic-proxy* (projeção do autor pelo leitor em função de um conjunto de textos assinados pelo mesmo nome).

*Proxy revision* ocorreria quando o autor projetado pelo leitor, antes mesmo da leitura de uma obra, determinasse sua interpretação, desautorizando um sentido para o qual o texto poderia apontar durante a leitura.

## DIREITOS AUTORAIS

Uma corrente do Direito norte-americano toma o texto de Foucault, historicamente, como o impulso inicial e fundador de suas investigações. Eu gostaria apenas de avançar um pouco nestas reflexões.

Todo discurso etiquetado com o nome do autor adquire um certo *status*: o nome acaba funcionando como uma marca, um signo reconhecível, garantia de que uma *commodity* cultural terá um certo padrão e uma certa qualidade<sup>9</sup>. Este *status* está vinculado aos direitos de propriedade intelectual do autor. Mais especificamente, as noções do 'autor literário' e do *copyright* articulam-se de forma a exercer diversas funções sócio-econômicas de controle e repressão, dentre as quais podemos destacar:

a) o autor serve a uma *economia jurídica* que engloba e articula o universo dos discursos. O discurso legal sobre os 'direitos de propriedade' do autor emerge simultaneamente ao discurso sobre a 'obra literária', de forma que os dois conceitos estão indissoluvelmente unidos<sup>10</sup>. A noção cultural do autor, como o inspirado criador de obras de arte, interagiu historicamente com a noção legal do autor, como o detentor de direitos de propriedade em arte<sup>11</sup>.

b) o autor serve a uma *economia policial*, dentro e fora do texto. De dentro, o autor se estabelece como uma supervisão onisciente. Enquanto técnica de controle e domesticação da estrutura da ficção, tem a função de reforçar a prática do poder de policiamento social, mantendo o mundo ficcional sob constante vigia<sup>12</sup>. De fora, a legislação dos direitos do autor se desenvolve contra publicações anônimas, de forma que autores de

9. Mark Rose, *Authors and Owners*.

10. Mark Rose, *Authors and Owners*, pág. 91.

11. Peter Jaszi, "On the Author Effect: Contemporary Copyright and Collective Creativity.", *The Construction of Authorship* (ed. Martha Woodmansee and Peter Jaszi), pág. 29-56.

12. D. A. Miller, *The Novel and the Police*, Berkeley, University of California Press, c1988.

livros possam ser identificados, processados, responsabilizados e punidos. Para ser condenado, o autor precisa de uma lei que proteja seus direitos de propriedade. Censura e propriedade literária nascem juntos, como binômio complementar punição/prêmio. Até o século XVII, tanto os direitos autorais quanto a censura são funções de regulação da imprensa, sendo difícil pensá-los como práticas distintas<sup>13</sup>.

c) o autor serve a uma *economia industrial* ao criar uma fissura entre os universos da indústria e da cultura, magicamente separando os produtos industrializados das obras do espírito<sup>14</sup>. Como produtor de uma obra auto-suficiente, o autor torna-se protegido por direitos distintos dos detentores de patentes, as quais carecem da relação a um produto. O estatuto legal de autor é historicamente concedido (e negado), em momentos distintos, àqueles que exercem atividades como dança, cinema<sup>15</sup>, fotografia, mapas, criação de pôsteres, arquitetura, escultura, tecnologia, tradução, etc. Ao *design* industrial, ao desenho técnico e à propaganda, por exemplo, este estatuto foi em geral negado, já que à indústria não interessa autores, mas sim o controle sobre os direitos de propriedade durante todas as fases da produção. Hoje, quando os limites entre cultura e indústria tendem a desmoronar, as leis de direitos autorais vêm-se obrigadas a admitir no universo da cultura novas atividades e novos 'autores', como *performers* de circo e marionete, designers tipográficos, vídeo e *software*, complicando inclusive os critérios legais para julgamento. Começam a existir tantas exceções que em alguns casos a separação entre a legislação de direitos autorais e patentes torna-se quase imperceptível.

d) o autor serve a uma *economia comercial*, como engrenagem de uma rede que inclui também leitores, tradutores, impressores, editores, distribuidores, livreiros, etc<sup>16</sup>.

e) o autor serve a uma *economia da criação*, restringindo as possibilidades do processo criativo e limitando consideravelmente o jogo da ficção pela penalização das infrações.

---

13. Mark Rose, em *Authors and Owners*, estuda esta dialética.

14. Molly Nesbit, *What was an Author?*, pág. 235.

15. Vários artigos sobre o autor no cinema podem ser encontrados em: John Caughie (ed.), *Theories of Authorship: a Reader*, London; Boston, Routledge & Kegan Paul in association with the British Film Institute, 1981.

16. "... the mystification of the author also served the purposes of the ultimate proprietors of copyrights, the booksellers." Mark Rose, *Authors and Owners*, pág. 120.

f) o autor serve a uma *economia literária*, como princípio ordenatório, limitando a proliferação do sentido e a liberdade da leitura, agrupando e diferenciando textos<sup>17</sup>, e garantindo sua coerência enquanto origem unitária de seus significados. O autor unifica de antemão a ficção e a realidade num centro interpretativo único, facilitando a falácia da generalização apressada em crítica literária.

A teoria literária antecipou o conceito de 'texto', desafiando os padrões legislativos sobre direitos autorais, baseados na noção de trabalho ou obra fixos<sup>18</sup>. O *copyright* depende de um linha divisória entre obras, que marque onde um texto termina e outro começa, linha que a teoria literária desfaz ao defender que um texto permeia o outro, que textos se justapõem<sup>19</sup>. Textos não são entidades estáveis e independentes: isto a reflexão sobre a literatura nos ensinou primeiro.

#### INTENÇÃO DO AUTOR

Um interessante e acalorado debate sobre a importância da intenção do autor na interpretação da obra literária, inicia-se com o artigo de W. K. Wimsatt e M. C. Beardsley, 'The Intentional Fallacy' (1946). A idéia principal defendida pelos autores é que a intenção do autor, ao escrever o texto, não está disponível para o intérprete, e mesmo que estivesse, não serviria para auxiliar a interpretação.

O principal crítico da tese da Falácia Intencional é E. D. Hirsch, em duas obras importantes, *Validity in Interpretation* (1967) e *The Aims of Interpretation* (1976). Para Hirsch, sem o recurso à invenção do autor, o significado do texto literário permaneceria indeterminado e nebuloso.

A obra de Hirsch teve um revisor, que ao mesmo tempo criticou e desenvolveu alguns de seus pontos mais importantes: P. D. Juhl, com sua *Interpretation: an Essay in the Philosophy of Literary Criticism* (1980).

O acirrado debate acabou levando à polarização de algumas posições, sendo que outra posição firmada foi a dos 'textualistas', bem representados por Monroe Beardsley, numa obra importante, *The Possibility of Criticism*

17. "To treat writers as authors, therefore, is to take a particular attitude toward their texts: it is to ask of them a certain type of question and to expect a certain type of answer." Alexander Nehamas, *What an Author is*, pág. 685.

18. Robert H. Rotstein, "Beyond Metaphor: Copyright Infringement and the Fiction of the Work".

19. Mark Rose, *Authors and Owners*, pág. 3.

(1970). A tese principal é a de que devemos respeitar a autoridade do texto, independente das intenções do autor: o texto fala por si só, e o seu significado deve ser buscado nele, não na vida ou opiniões do autor.

Apesar de bastante rico e interessante (não fizemos aqui mais do que uma redução exagerada), o que nos parece faltar neste debate intencionalista é uma mais aprofundada discussão sobre a ontologia do texto literário ou de ficção. O que é ficção? O que caracteriza um texto literário? A ficção serve para a transmissão de um significado? Como explicar o caráter polissêmico da literatura? Questões que abordaremos mais a frente.

### AUTOR-ELETRÔNICO

Os avanços da tecnologia da informação, principalmente da informática, sem dúvida fundaram uma nova e interessante perspectiva para se abordar a questão do autor em ficção. A ficção hipertextual já possui seu software padrão, o *Storyspace*, produzido e comercializado pela empresa Eastgate Systems, que também publica os romances e textos de *hypertext fiction*.

Esta corrente acredita que estas novas formas de se escrever, comunicar e ler o texto literário, questionam profundamente a primazia do autor, e já podemos encontrar uma grande quantidade de livros e artigos que procuram desenvolver esta discussão, do ponto de vista da teoria literária.

Mas será que estas novas formas questionam realmente alguma coisa? Sem dúvida, do ponto de vista do direito, a discussão é rica. Softwares para computadores ou linguagens de programação devem ser patenteáveis (ou copyrightáveis), ou considerados segredos de negócios? E o caso de um algoritmo? Precisaríamos de uma nova forma de propriedade intelectual, para o autor-eletrônico? Com a hipermídia, fica também mais fácil pensarmos a ficção como hipertexto ou intertextualidade. Mas nos parece que a posição do autor, mesmo nas novelas interativas e hipertextuais, permanece, do ponto de vista da teoria literária, praticamente inabalada: afinal de contas, temos sempre um ou mais autores que escrevem seus textos: a principal inovação estaria nas formas de leitura e publicação destes textos. Não ocorreria, portanto, a reconfiguração do autor que os teóricos desta corrente defendem em suas obras.

\* \* \*

Estas reflexões servem para insinuar o quanto é rico o universo teórico que circunda a figura do autor. Muitos, entretanto, devem ter sentido a falta, nesta lista de correntes contemporâneas proíficas que discutem a questão do autor na interpretação dos textos literários, pelo menos de

alguns autores ou movimentos de destaque em filosofia e teoria literária, que têm já uma tradição estabelecida no debate sobre a função do autor:

- Derrida e o Desconstrutivismo
- John Searle e sua *Speech Act Theory*, e a polêmica com Derrida (registrada em *Limited Inc.*)
- Marxismo e sua Filosofia da Linguagem
- Pragmatismo

Com exceção talvez da obra do crítico norte-americano Fredric Jameson (estou falando aqui especificamente do seu *Political Unconscious*), que poderia ser classificada como marxista, não considero que estas linhagens, estes autores, ou o resultado de suas pesquisas e polêmicas, traga alguma contribuição importante para o debate sobre o autor. Não tenho, é claro, tempo aqui para justificar minhas afirmações em relação a todos os excluídos, mas procurarei justificá-las em relação às Teorias Literárias Pragmatistas contemporâneas.

Não se trata de coincidência, creio eu, que um dos mais destacados críticos e teóricos literários pragmatistas, Stanley Fish, classifica Derrida, o pragmatismo e o marxismo (três dos excluídos) sob uma mesma denominação (*antifoundationalist theory*), que para ele teria um sentido positivo, pela crítica da teoria que estes autores e movimentos teriam realizado.

\* \* \*

A Teoria Literárias ditas Pragmatistas podem ser encontradas em:

a) 'Against Theory', artigo de Stephen Knapp and Walter Benn Michaels publicado na revista *Critical Inquiry* no verão de 1982, influenciado por John Langshaw Austin (1911-1960), H. Paul Grice e John R. Searle. O artigo afirma a impossibilidade da teoria literária, e iniciou uma polêmica registrada no livro *Against Theory: literary studies and the new pragmatism*, organizado por W. J. T. Mitchell, Chicago: University of Chicago Press, 1985, que contém o artigo original, algumas respostas e a tréplica dos autores. Em 1986, foi publicado *Against Theory 2: Sentence Meaning, hermeneutics: protocol of the fifty-second colloquy 8 December 1985*, Berkeley, CA, USA: Center for Hermeneutics Studies on Hellenistic and Modern Culture, c1986, continuando a polêmica, agora contra Gadamer, Ricoeur, Goodman, Elgin e Derrida.

b) Richard Rorty, principalmente em:

- *Consequences of Pragmatism*
- 'Texts and Lumps' *New Literary History* 17 (1985) 1-16
- 'Philosophy without Principles' em *Against Theory*
- *Contingency Irony and Solidarity*.

c) Richard Shusterman, basicamente em 'Interpreting with Pragmatist Intentions'. In: ISEMINGER, Gary (ed.) *Intention and Interpretation*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

d) Stanley Fish

e) Joseph Margolis

Não nos interessa discutir se estas teorias devem ou não ser classificadas como pragmatistas, ou quais os elementos genuinamente pragmatistas que nelas podemos encontrar, o quanto elas são fiéis à obra de Peirce, etc. mas simplesmente mapeá-las e criticá-las, principalmente, por seu excesso de simplicidade ao lidarem com o fenômeno literário.

As teses que exporei a seguir são defendidas, a princípio, tanto por Knapp e Michaels, quanto por Fish e até mesmo Rorty (seria possível encontrar diferenças entre suas posições, mas o que me interessa são as *communalities*, comunalidades, os denominadores comuns.)

\* \* \*

Tese Básica:

MEANING = INTENTION

então

DEATH OF THEORY

O significado de um texto é idêntico ao significado pretendido pelo autor. Todo o projeto de teoria crítica estaria, portanto, desvirtuado, e deveria ser abandonado.

O que um texto significa é idêntico ao que seu autor pretende significar, e esta identidade desqualifica qualquer interesse da teoria.

O silogismo-coração das Teorias Literárias Pragmatistas poderia ser assim representado:

Significado = Intenção => Morte à Teoria

A única função do crítico seria, portanto, descobrir a intenção por trás do texto.

\* \* \*

Um dos principais equívocos das Teorias Literárias Pragmatistas é seu conceito, mesmo que latente, de criação. No processo criativo não existe um *meaning*: o próprio texto, quando começa a ser desenvolvido, vai definindo as direções que podem ser seguidas, gerando novas possibilidades de combinação, e destruindo outras. Os escritores fracassam, repetitivamente, ao tentar atingir seus significados pretendidos durante o processo

de criação. No máximo, os escritores transformam este fracasso da intenção original em oportunidades para sucesso em alguma direção inesperada, mas fragmentos dos fracassos (intenções imperfeitamente realizadas) sobrevivem no texto, na forma de ‘detalhes contrários’ que nós ignoramos, por causa de nossa compulsão para dar sentido ao que lemos. Muitos romances, por exemplo, apresentam passagens que não fazem sentido, que têm mais de um *meaning*, que são *intentionless meanings*, etc: “nonmeanings, partially authorial meanings and inadvertent, intentionless meanings” coexistem com “genuine authorial meanings”.

Uma das crenças que sustenta a concepção da continuidade entre autor e texto, é esta idéia de que o autor tem controle sobre o que escreve. Isto ocorre, entretanto, apenas até um certo ponto, após o qual ele passa a ser dominado pela linguagem, pela cadência do texto que já está escrito, pela colisão entre as palavras, pela própria imagem que forma de si enquanto autor, etc. O texto é moldado não apenas por um autor, mas também por estruturas lingüísticas, culturais, sociais e mentais que de alguma forma transcendem o indivíduo. O texto vai aos poucos criando vida própria, e a partir de um certo momento passa a resistir às intromissões do autor. Os escritores são servos de sua linguagem, mais do que seus mestres<sup>20</sup>.

As Teorias Literárias Pragmatistas dão-se ao luxo de ignorar a função do inconsciente durante a criação literária. O significado de um texto, para os pragmatistas, fica restrito ao universo da consciência do autor, já que o que é inconsciente o autor não tem a intenção de dizer (então não poderia ser considerado significado).

Pode-se dizer que a grande ameaça, para os pragmatistas, é a instabilidade do *meaning*. Sem a estabilidade do significado não poderia haver conhecimento na interpretação. Independente da intenção do autor, não poderia haver identidade textual. O significado é um significado, e não outro, porque existe intenção. Um texto, portanto, teria uma e apenas uma interpretação ou intenção.

Ocorre, entretanto, que nem a linguagem nem a intenção garantem a estabilidade do significado. Mesmo uma intenção individualizada pode gerar polissemia e múltiplas interpretações. Diferentes formas de significado não têm existência própria, independente, não são catalogadas, claras

---

20. W. K. Wimsatt, *Genesis: an Argument Revisited*, pág. 30.

e determinadas, não existem separadas umas das outras. Contra o pressuposto pragmatista da pureza dos conceitos, corrói silenciosamente os textos literários uma certa vagueza. Lendo os pragmatistas, temos a impressão de que é possível pegar o “meaning of a text”, que ele é algo cristalino. Mas os significados literários são imprecisos. Se o significado de uma simples expressão pode querer dizer muitas coisas, apontar para várias direções, em muitos casos contraditórias, o que se poderia dizer dos textos literários? O significado de um texto literário é complexo. O texto literário nos obriga a lidar com a indeterminação da língua.

Mas, já em seus fundamentos, o silogismo-coração dos pragmatistas peca, pois significado é diferente de intenção. Nada nos garante que esteja dado de antemão que um significado literário seja idêntico ao significado do autor (aqui nos encontramos numa posição de escolha teórica e interpretativa, e não de uma conclusão do silogismo a partir das premissas anteriores). Ou seja, há intenção por trás de todo significado, mas isto não quer dizer que o significado seja igual à intenção. A intenção é condição de possibilidade do meaning literário, mas isto não resolve a questão da interpretação, porque condição de possibilidade não significa igualdade.

Ou seja, dizer que os significados são sempre intencionais não é a mesma coisa que dizer que o significado de um texto é idêntico à intenção histórica do autor ou ao significado pretendido por ele. As atividades de “dar” sentido, por parte do leitor e do autor, não se confundem, e esta diferença fica bem nítida na comparação de duas expressões em inglês: sense making (leitor) x meaning given (autor).

Lendo os pragmatistas, somos obrigados a todo momento a nos questionar: existe efetivamente algo que se possa chamar de “the meaning of a literary text”, de “o significado” da literatura ou da ficção?

Mesmo que existisse algo como “o significado” do texto literário, seria natural imaginar que este significado não seria construído (e/ou poderia ser estudado) como se constróem ou estudam o significado de frases soltas como “My car ran out of gas”. Mas parece que é neste pressuposto metodológico que boa parte das teoria literária pragmatista se baseia. Um casamento, ou frases como “veículos são proibidos no parque”... e... pronto: Os pragmatistas tiram lições sobre o texto literário.

Poderíamos ainda filosofar sobre os “significados não-intencionais” (intentionless meanings), que causam também tanto pavor aos pragmatistas. Para estes, não existe significado não-intencional. Ora, mas não é possível pensar em alguém fazendo um gesto sem intenções, meramente mecânico, e isto ser interpretado como *meaning*? Ou mesmo alguém sorteando

palavras e as agrupando e imprimindo, e isto adquirindo ou sendo interpretado como significado?

Qualquer resposta que se dê para estas questões, entretanto, é irrelevante, pois para as discussões teóricas sobre literatura, a existência ou não de significados não-intencionais é irrelevante, e não, como querem os pragmatistas, “the theoretical moment it self”.

A condenção da teoria, por parte dos pragmatistas, explica-se também porque, segundo Harold Bloom, Stanley Fish, Edward Said, M. H. Abrams e Gerald Graff, fazer teoria representaria uma descontinuidade radical e sem sentido em relação à tradição americana pragmaticamente orientada, cética intelectualmente, e socialmente consciente e crítica.

O intérprete pragmático é aquele que se recusa a distinguir. Fazer distinções onde elas “não existem” (uma das principais críticas dos pragmatistas aos projetos teóricos), entretanto, pode na realidade se constituir em uma condição de qualquer forma de conhecimento. Recusar-se a distinguir não garante maior proximidade da realidade.

Para os pragmatistas, admitir a polissemia significa afastar-se do real e da praticidade.

\* \* \*

Mas não é apenas deste silogismo-coração que vive a Teoria Literária Pragmatista. Há pelo menos mais duas teses importantes:

#### SEGUNDA TESE

#### LINGUAGEM PRESSUPÕE INTENÇÃO

Não existe linguagem sem intenção. Linguagem e atos da fala são inseparáveis. O projeto ontológico da teoria teria sido imaginar uma condição de linguagem antes das intenções.

Exprime-se aí uma metafísica pragmatista: afinal de contas, sentenças não são sentenças. Um poema escrito pelas ondas do mar não é linguagem, pois não houve intenção para sua produção. Admitir regras gramaticais, ao invés de intenção, como o elemento essencial para definir “linguagem”, não seria muito mais pragmático?

Entretanto (e mais uma vez) a resposta para estas questões não traz nenhuma contribuição para a Teoria Literária. A segunda tese pragmática é inócua, pois não importa, para a discussão sobre o autor de ficção, se existe ou não linguagem pré-intencional.

### TERCEIRA TESE

Conhecimento = Crença

Nenhum conhecimento pode transcender ou substituir crenças, que constituem o plano epistemológico mais alto em que a mente humana pode funcionar. O projeto epistemológico da teoria, entretanto, teria sido o de imaginar uma condição de conhecimento independente das crenças.

Para os pragmatistas, imaginar que podemos considerar as crenças que possuímos não melhores mas apenas diferentes das crenças contrárias ou dos outros, significaria imaginar uma posição da qual nós pudéssemos enxergar nossas crenças sem na realidade acreditar nelas. Estar nesta posição implicaria enxergarmos a verdade sobre crenças sem na realidade termos nenhuma crença: saber sem acreditar. No momento em que imaginamos esta condição de conhecimento fora da crença, nós nos esquecemos da identificação entre conhecimento e crença.

Para os pragmatistas, não podemos jamais estar fora de nossas crenças, e, portanto, qualquer perspectiva que possamos ter sobre uma ou mais de nossas crenças será baseada em outras destas crenças, em relação às quais nós não temos perspectiva porque não temos distância.

Não deixa de ser curioso que (mais uma vez) o pesadelo dos pragmatistas é o que define (neste caso) o pensamento crítico. Colocar-se para além de suas crenças constitui-se, na verdade, num dos mais importantes momentos do processo de pensamento do ser humano. Duas citações de David Carraher servem para deixar claro como a terceira tese das Teorias Literárias Pragmatistas prega, em última instância, o abandono do senso crítico:

Um indivíduo que possui a capacidade de analisar e discutir problemas inteligente e racionalmente, sem aceitar, de forma automática, suas próprias opiniões ou opiniões alheias, é um indivíduo dotado de senso crítico

...o pensador crítico precisa ter uma *tolerância e até predileção* por estados cognitivos de conflito, em que o problema ainda não é totalmente compreendido. Se ele ficar aflito quando não sabe 'a resposta correta', essa ansiedade pode impedir a exploração mais completa do problema.<sup>21</sup>

---

21. Senso crítico. São Paulo: Pioneiras.

O texto ficcional é polifônico: diferentes perspectivas coexistem. Um texto de ficção não é o espaço para a defesa de crenças ou proposições; crenças e proposições podem existir no texto, mas distribuídas pelas vozes ficcionais, heterogeneamente e sem hierarquia. E se elas têm relação com as crenças do escritor, isto não acrescenta nada à análise literária.

O texto de ficção não implica sentido independente do foco narrativo ou de seus personagens. O lugar comum de que o texto é o que o autor quis dizer, depende da concepção de que a essência da ficção é transmitir uma mensagem. Ficção é a possibilidade de nos deixarmos perder sem certezas numa multiplicidade de vozes e perspectivas.

A necessidade de assumirmos o autor como a origem do discurso vem da impossibilidade de pensarmos uma estrutura sem centro, já que o pressuposto do centro acaba administrando nossa ansiedade durante a exploração do texto. Derrida, entretanto, nos mostrou que o centro não se encontra, em última instância, para além de um sistema de diferenças<sup>22</sup>.

Ficção não é a mídia para a transmissão de um significado, mas o espaço da fantasia e da imaginação. A ficção não se iguala à soma dos 'meanings' de suas frases: aqui, a *gestalt* 'o todo é maior que a soma das partes' se aplica com perfeição. Não existe algo como 'um significado', depois 'outro significado'... uma cadeia que por fim forma o significado da ficção, o que o autor quis dizer: o significado ficcional é sempre complexo e superposto, e não implica uma camada semântica final, um meta-discurso. A ficção nos ameaça com o risco da dispersão de *selves*, e as Teorias Literárias Pragmatistas são uma tentativa de neutralizar ou reduzir este risco. A ficção está próxima da loucura – e a Teoria Literária Pragmatista é um esforço para evitá-la.

\* \* \*

Mas resta então algum futuro para os estudos literários?<sup>23</sup>

Não poderia a crítica constituir-se num exercício para mostrar as diferentes leituras possíveis que um texto de ficção é capaz de gerar, ao invés de defender uma leitura correta?<sup>24</sup> Um exercício de exploração de

22. J. Derrida, *Structure, Sign and Play in the Discourse of the Human Sciences*.

23. Questão que Gumbrecht se propõe a responder em *O Futuro dos Estudos de Literatura?*

24. Neste sentido, as N. E. nas edições da Ática do *Quincas Borba* são paradigmáticas. A relação entre Rubião, Palha e Sofia é complexa e admite uma variedade de leituras. A intenção de lesar Rubião não é óbvia no romance, como em geral se admite, já que muitas

diferentes perspectivas, uma viagem, e não um Porto Seguro? Hirsch concorda que um texto possa justificar interpretações contraditórias, mas o 'authorial will' seria indispensável para superar esta ambigüidade. Juhl, por sua vez, acredita que críticos e leitores não estariam preparados para lidar com leituras logicamente incompatíveis, já que isto implicaria admitir mundos contraditórios correspondendo aos significados incompatíveis de um texto<sup>25</sup>. Ora, mas aqui temos um tesouro: 'ambigüidade' e 'leituras incompatíveis' poderiam se constituir num problema em lógica (não em ficção), além do que um texto não se torna menos ambíguo com a identificação do 'authorial will'; 'significados' pressupõe que uma obra de ficção só tenha um significado; e 'mundos' nos serve como uma pérola conceitual: uma das principais características do discurso ficcional seria justamente esta capacidade de ser ao mesmo tempo muitos, de multiplicação, de auto-fecundação inesgotável. A ficção não tem consistência epistêmica: suas proposições não têm pretensão de verdade, nem seus raciocínios pretensão de validade. Por conseqüência, as leituras de textos de ficção implicam uma debilidade lógica, tolerando-se umas às outras mesmo quando incompatíveis. Abandonando a busca pelo significado do texto, a crítica poderia então explorar os vários caminhos da polissemia na ficção, ou

---

outras variáveis interferem na relação entre os três: ciúmes, cortesia, amizade, inércia, o amor próprio de Sofia, o prazer de Palha em ter sua mulher cortejada, a própria incapacidade de Rubião em administrar sua fortuna, a habilidade de Palha nos negócios, etc. Mesmo o fato do casal passar necessidades financeiras e ter que administrar as investidas do amigo que os empresta dinheiro, acaba por constituir uma relação psicológica e ética muito mais complexa do que uma simples "trama". Logo após a primeira declaração de amor de Rubião a Sofia, esta resolve contar o que ocorreu para o marido. Quando Sofia diz: "Pois saiba que ouvi nada menos que uma declaração de amor.", Rubião fica em pé, ainda sem saber quem teria sido o "patife". A N. E. então adverte o leitor: "... *que ficara de pé*: observe com atenção esta passagem: aqui começa a se delinear a cumplicidade de Palha/Sofia na trama para angariar a fortuna de Rubião. (N. E.)." Machado de Assis, *Quincas Borba*, 5. ed. São Paulo: Ática, 1982, pág. 57. Este ato de "ficar em pé", mesmo para o leitor atento que já tenha chegado ao fim do romance e p esteja lendo, não aponta para trama alguma, pois Rubião não sabe ainda nem mesmo quem teria declarado seu amor para Sofia. É uma reação física espontânea e involuntária, sem qualquer intenção. Mesmo no final deste capítulo, durante o qual Sofia e Palha discutem a atitude a ser tomada em relação a Rubião, não fica claro que tenha se iniciado uma trama. O interessante é que as N. E., por todo o romance, orientam a leitura que fica parecendo ao leitor a única possível, a leitura correta e óbvia.

25. *Interpretation*, págs. 201-202.

mesmo mudar, da interpretação de estruturas de sentido dadas, para a reconstrução daqueles processos através dos quais estruturas de significados articulados podem se constituir<sup>26</sup>.

Os significados de um texto não são simplesmente achados (como os querem os pragmatistas, para quem achar outros meanings seria re-escrever o texto, e não interpretá-lo), mas principalmente construídos pela leitura. Não há fim para o que pode ser lido em ou dito sobre um texto: a interpretação termina quando termina o interesse, não quando a certeza ou um significado último são alcançados<sup>27</sup>.

Hirsch teme que, com a morte do autor, não restaria princípio adequado para julgar a validade de uma interpretação, levando-nos a um estado de ceticismo total. Sem o autor, a leitura correta ficaria aberta ao indeterminismo, ao leitor e ao crítico.

A essência mesma da obra de arte, seu caráter polissêmico, é o que as Teorias Literárias Pragmatistas procuram desesperadamente excluir de sua reflexão sobre a ficção.

Afinal, a polissemia implica complexidade, e para ser pragmático, tudo deve ser simples.

---

26. Hans Ulrich Gumbrecht, *A Farewell to Interpretation*, pág. 398. Cf. também Hans Gumbrecht, *O Futuro dos Estudos Literários?*, pág. 168.

27. Alexander Nehamas, *What an Author is*, pág. 688.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARTHES, ROLAND. "The Death of the Author". *Image, music, text*. Essays selected and translated by Stephen Heath. New York: Hill and Wang, 1977. págs. 142-148.
- BEARDSLEY, MONROE C. *The Possibility of Criticism*. Detroit: Wayne State University Press, 1970.
- BOLTER, JAY DAVID et al. *Storyspace* [computer file]. Computer program. Cambridge, MA: Eastgate Systems, c1993. (updated versions available).
- BURKE, SEAN. *The Death and Return of the Author: Criticism and Subjectivity in Barthes, Foucault and Derrida*. 2. ed. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1998.
- COOVER, ROBERT. "The End of Books." *New York Times Book Review* (June 21, 1992), págs. 1, 23-25.
- DERRIDA, JACQUES. *Structure, Sign, and Play in the Discourse of the Human Sciences*. In: RITCHER, David H. (edited by). *The critical tradition*, págs. 878-889.
- FOUCAULT, MICHEL. *O que é um Autor?* Trad. António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Vega, 1992. (inclui, dentre outros textos, o artigo de Foucault "O que é um Autor?")
- GUMBRECHT, HANS ULRICH. "A Farewell to Interpretation." In: Hans Ulrich Gumbrecht and K. Ludwig Pfeiffer (ed.). *Materialities of communication*. Translated by William Whobrey. Stanford: Stanford University Press, 1994, págs. 389-402.
- GUMBRECHT, HANS ULRICH. "Fill up your Margins! About Commentary and Copia". In: Glenn Most (ed.), *Commentaries/Kommentare*. Goettingenj, 1999.
- GUMBRECHT, HANS ULRICH. *O Futuro dos Estudos de Literatura?* In: *Corpo e forma: ensaios para uma crítica não-hermenêutica* (org. João César de Castro Rocha). Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998, págs. 153-175.
- HIRSCH JR, E. D. *The Aims of Interpretation*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1976.
- HIRSCH JR, E. D. *Validity in Interpretation*. New Haven and London: Yale University Press, c1967.
- HIX, H. L. *Morte d'Author: an Autopsy*. Philadelphia: Temple University Press, c1990.
- ISEMINGER, GARY (ed.). *Intention and Interpretation*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.
- JOYCE, MICHAEL. *Afternoon* [interactive multimedia]: a story. Cambridge, MA: Eastgate Systems, Inc., c1990.
- JOYCE, MICHAEL. *Twelve Blue*. On-line story. Available through <http://authors.about.com/gi/dynamic/offsite.htm?site=http://raven.ubalt.edu/guests/twelveBlue/>
- JOYCE, MICHAEL. *Twilight: a Symphony*. [interactive multimedia]. Cambridge, MA: Eastgate Systems, Inc., c1996.
- JUHL, P. D. *Interpretation: an Essay in the Philosophy of Literary Criticism*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1980.

- KNAPP, STEVEN, MICHAELS, WALTER BENN. 'Against Theory 2: Hermeneutics and Deconstruction'. *Critical Inquiry* 14, Autumn 1987, págs. 49-68.
- KNAPP, STEVEN, MICHAELS, WALTER BENN. 'Against Theory'. In: *Against theory: literary studies and the new pragmatism*. págs. 11-30. Originally published in the Summer 1982 issue of *Critical Inquiry*.
- KNAPP, STEVEN, MICHAELS, Walter Benn. 'Reply to George Wilson'. *Critical Inquiry* 19, Autumn 1992, págs. 186-193.
- KNAPP, STEVEN, MICHAELS, WALTER BENN. 'Reply to John Searle'. *New Literary History*, 1994, 25: 669-675.
- KOLB, DAVID. *Socrates in the labyrinth: Hypertext, Argument, Philosophy*. [interactive multimedia]. Cambridge, MA: Eastgate Systems, Inc., c1995.
- LANDOW, George P. (ed.) *The Dickens web* [computer file]: a collection of electronically linked texts and images concerning Dickens' Great Expectations and Victorian England. Cambridge, MA: Eastgate Systems c1992.
- LANDOW, GEORGE P. *Hypertext 2.0: The Convergence of Contemporary Critical Theory and Technology*. 2<sup>nd</sup> ed. Baltimore : Johns Hopkins University Press, 1997.
- LANGE, David. "At Play in the Fields of the Word: Copyright and the Construction of Authorship in the Post-Literate Millennium". *Law and Contemporary Problems*. School of Law, Duke University, vol. 55, Spring 1992, nº 2, págs. 139-151.
- MARGOLIS, JOSEPH. 'Literature and Speech Acts', *Philosophy and Literature*, 3 (1), 1979, págs. 39-52.
- MARGOLIS, JOSEPN. *The new puzzle of interpretation*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.
- MÁTTAR NETO, João A. *Feliz Páscoa, Pierre Rivière: os múltiplos selves dos autores-assassinos*. Comunicação lida durante o VI Congresso Internacional da Associação dos Lusitanistas, Rio de Janeiro, 1999, *in print*.
- McDAID, JOHN. *Uncle Buddy's phantom funhouse* [interactive multimedia]. Cambridge, MA: Eastgate Systems, Inc., c1992.
- MITCHELL, W. J. T. (edited by). *Against theory: literary studies and the new pragmatism*. Chicago: University of Chicago Press, 1985. Articles which originally appeared in *Critical Inquiry* from 1982 to 1985.
- MOULTHROP, STUART. *Victory garden* [interactive multimedia]: a fiction. Cambridge, MA: Eastgate Systems, Inc., c1991.
- NEHAMAS, ALEXANDER. "The Postulated Author: Critical Monism as a Regulatory Ideal". *Critical Inquiry*, vol. 8, n. 1, 1981, págs. 133-149.
- NEHAMAS, ALEXANDER. "What an Author is." *The Journal of Philosophy* 83 (1986) 685-691.
- NEHAMAS, ALEXANDER. "Writer, Text, Work, Author" In: A. J. Cascardi (ed.). *Literature and the Question of Philosophy*. Baltimore and London: The John Hopkins University Press, c1987. págs. 265-291.
- NESBIT, MOLLY. "What was an Author?". *Yale French Studies*, 73 (1987), págs. 229-57.

- NUNBERG, GEOFFREY (ed). *The future of the book*. Berkeley: University of California Press, 1996.
- RORTY, RICHARD. 'Philosophy without Principles'. In: *Against theory: literary studies and the new pragmatism*. Edited by W. J. T. Mitchell. Chicago: University of Chicago Press, 1985. págs. 132-138. Originally published in the March 1985 issue of *Critical Inquiry*.
- RORTY, RICHARD. 'Texts and Lumps'. *New Literary History* 17, 1985, págs. 1-16.
- ROSE, MARK. *Authors and owners: the invention of copyright*. Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 1993.
- ROTSTEIN, ROBERT H. "Beyond Metaphor: Copyright Infringement and the Fiction of the Work." *Chicago-Kent Law Review*. Vol. 68, 1993, number 2. págs. 725-804.
- SAMUELSON, PAMELA. "Some New Kinds of Authorship Made Possible by Computers and some Intellectual Property Questions they Raise." *University of Pittsburgh Law Review* 53 (3) (1992), págs. 586-704.
- SEARLE, JOHN R. 'Literary Theory and its Discontents'. *New Literary History*, 1994, 25: 637-667.
- SEARLE, JOHN R. 'Structure and Intention in Language: a Reply to Knapp and Michaels'. *New Literary History*, 1994, 25: 677-681.
- SHUMATE, Michael. *Hyperizons: hypertext fiction*. Web site indexing hypertexts on- and off-line. Available through <http://www.duke.edu/~mshumate/hyperfic.html>.
- SHUSTERMAN, RICHARD. 'Interpreting with Pragmatist Intentions'. In: ISEMINGER, Gary (ed.) *Intention and interpretation*. Philadelphia: Temple University Press, 1992, págs. 167-182.
- SHUSTERMAN, RICHARD. *Pragmatist aesthetics: living beauty, rethinking art*. Oxford: Blackwell, 1992.
- SHUSTERMAN, RICHARD. *The Object of Literary Criticism*. Würzburg: Königshausen und Neumann; Amsterdam: Rodopi, 1984.
- TAMEN, MIGUEL. "The Appeal to the Author". *Manners of interpretation; the ends of argument in literary studies*. Albany, N.Y.: State University of New York Press, 1993. págs. 69-108.
- WILSON, GEORGE. 'Again, Theory: On Speaker's Meaming, Linguistic Meaning, and the Meaning of a Text'. *Critical Inquiry* 19, Autumn 1992, págs. 164-185.
- WIMSATT JR., W. K., BEARDSLEY, Monroe C. "The Intentional Fallacy". In: *The verbal icon: studies in the meaning of poetry*. The University Press of Kentucky, 1954. págs. 3-18.
- WIMSATT, W. K. "Genesis: an argument revisited". *Day of the leopards: essays in defense of poems*. New Haven and London: Yale University Press, 1978, págs. 11-39.
- WOODMANSEE, MARTHA, JASZI, Peter (eds.). *The construction of authorship: textual appropriation in law and literature*. Durham and London: Duke University Press, 1994.